CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST Nova Central
Brasília-DF, 12 de novembro de 2026

Papa Leão XIV reafirma a importância dos Sindicatos na defesa da Classe Trabalhadora!



Em uma manifestação contundente em defesa da dignidade humana e dos direitos dos trabalhadores, o Papa Leão XIV destacou, em encontro com representantes do mundo do trabalho, realizado em Buenos Aires, na Argentina, em 9 de novembro, o papel indispensável das organizações sindicais na sociedade.

Ao afirmar que os sindicatos devem defender aqueles que não têm voz e se opor à mercantilização da força de trabalho, o pontífice reforçou princípios fundamentais: a valorização do trabalho, a solidariedade, a justiça social e o respeito à dignidade humana.

Leão XIV também ressaltou que a economia deve estar a serviço das pessoas, e não o contrário, defendendo que o desenvolvimento econômico não pode se sobrepor aos direitos e às necessidades dos trabalhadores.

A CNTI reafirma que o fortalecimento do movimento sindical é essencial para a conquista, a preservação e a ampliação dos direitos trabalhistas. Sindicatos fortes significam trabalhadores mais protegidos, representados e respeitados.

FILIAR-SE É FORTALECER A LUTA COLETIVA!

FILIE-SE AO SEU SINDICATO!

#80AnosCNTI #MovimentoSindical #PapaLeãoXIV #Trabalhadores #SindicatoForte #DireitosTrabalhistas #DignidadeNoTrabalho #ClasseTrabalhadora

No STF, Sônia Zerino defende cumprimento do fim da escala 6x1



A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, defendeu, durante audiência de conciliação realizada nesta terça-feira (10), no Supremo Tribunal Federal (STF), o cumprimento dos prazos para a implementação do fim da escala 6x1. Conduzido pelo ministro Flávio Dino, o encontro reuniu representantes das centrais sindicais e do setor empresarial para discutir as regras de transição da nova jornada de trabalho.

Em sua manifestação, Sônia ressaltou que a redução da jornada e a ampliação do descanso semanal são conquistas da classe trabalhadora e não devem ser submetidas a novos questionamentos. "Não aceitaremos que uma conquista histórica dos trabalhadores seja transformada em uma negociação para decidir se ela será cumprida, quando será cumprida ou quanto dela poderá ser retirada", afirmou.

A presidente também destacou os benefícios da redução da jornada para as mulheres, que frequentemente acumulam o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas e familiares. "Reduzir a jornada significa combater desigualdades, proteger a saúde e devolver às mulheres um tempo que lhes pertence", declarou.

A audiência também contou com a presença dos vice-presidentes da NCST José Reginaldo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), e Tarcísio Melo, presidente da Confederação

Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC); dos assessores jurídicos da NCST, Dr. Cristiano Meira e Dr. Agilberto Seródio; de José de Oliveira, primeiro tesoureiro da CNTEEC; e de Nelson Bonardi, diretor de Comunicação Social e secretário-geral da CNTI.







Durante sua fala, Sônia reafirmou a disposição da NCST para negociar os caminhos da implementação da nova jornada, respeitando as particularidades das categorias, preservando os empregos e assegurando os direitos conquistados.

A manifestação reforçou a posição da entidade de que a negociação coletiva deve contribuir para a aplicação das novas regras, sem adiamentos ou retrocessos.

Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=r2vIcMpZ5v8

Fonte: NCST

Flávio Dino diz que decidirá sobre regras para o fim da 6x1 até sexta-feira



Ministro antecipou que não haverá flexibilização nem autorização para que as empresas mantenham a escala 6x1.

O ministro Flávio Dino, do STF, afirmou que decidirá até sexta-feira (13) sobre regras relacionadas à implementação da jornada 5x2. Relator das ações sobre o tema, Dino antecipou que não haverá flexibilização da Emenda Constitucional 141/2026 nem autorização para que empresas mantenham a escala 6x1.

A decisão deverá tratar de questões discutidas durante audiência de conciliação realizada no Supremo e será posteriormente submetida ao referendo do Plenário. Durante a audiência, representantes dos trabalhadores e dos empregadores discutiram prazos, negociações coletivas, contratos administrativos e situações específicas que podem surgir durante a transição.

Flávio Dino deixou claro que a decisão não servirá para afastar as determinações estabelecidas pela emenda constitucional. "Não haverá flexibilização da emenda constitucional nem autorização para a continuidade da escala 6x1", afirmou.

Segundo o ministro, as medidas a serem adotadas terão como objetivo facilitar a implementação das novas regras e resolver dúvidas jurídicas surgidas durante a transição. "O que haverá são medidas destinadas a facilitar o cumprimento da emenda. Isso significa remover inseguranças jurídicas", declarou.

Debate

A discussão sobre a jornada de trabalho chegou ao STF por meio de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), sob relatoria do ministro Flávio Dino. A ADI 8.041 foi apresentada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), enquanto a ADI 8.042 foi ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

As entidades questionam no Supremo questionamentos relacionados às mudanças na

organização da jornada de trabalho e aos seus efeitos para empresas e trabalhadores.

Uma das inseguranças jurídicas mencionadas durante a audiência envolve as negociações coletivas. Segundo Dino, havia receio de que uma eventual frustração das negociações entre empresas e trabalhadores pudesse provocar automaticamente a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas.

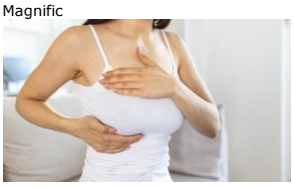
O ministro afirmou, porém, que essa interpretação não procede. A decisão a ser proferida pretende esclarecer os efeitos das negociações coletivas durante o período de implementação.

Fonte: Congresso em Foco

Senado aprova incentivo à contratação de mulheres com câncer de mama

Projeto cria programa para permanência e a reinserção no mercado de trabalho; medida vai à sanção presidencial.

Magnific



O Senado aprovou nesta terça-feira (10) o projeto de lei 5.608/2023, que cria o Programa Empresa Rosa e estabelece medidas para incentivar a contratação, a permanência e a reinserção no mercado de trabalho de mulheres diagnosticadas com câncer de mama.

Entre as ações previstas estão trabalho remoto, redução da jornada, horário flexível, apoio psicológico e social e estabilidade no emprego. Pelo texto, a adoção dessas medidas não poderá resultar em redução da remuneração da trabalhadora.

A proposta, de autoria da deputada federal Maria Rosas (Republicanos-SP), já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e chegou ao Senado em março de 2024.

No Senado, recebeu parecer favorável tanto da Comissão de Direitos Humanos quanto da Comissão de Assuntos Sociais. Agora, a medida vai à sanção presidencial.

A proposta também cria o Selo Rosa, destinado a reconhecer empresas que adotarem políticas de contratação, manutenção e reinserção profissional de mulheres com câncer de mama.

Permanência

Um dos principais pontos do projeto está nas condições especiais de trabalho que poderão ser adotadas pelas empresas participantes do Programa Empresa Rosa.

O texto estabelece que a empresa poderá adotar preferencialmente medidas de flexibilização do regime de trabalho da mulher diagnosticada com câncer de mama, em tratamento ou aguardando a remissão da doença.

Entre as alternativas previstas estão trabalho remoto, jornada de trabalho reduzida e horário flexível. O projeto também relaciona entre as medidas a não discriminação no emprego por motivos de saúde, apoio psicológico e social, incentivos à contratação e garantia de estabilidade no emprego.

Há, no entanto, uma proteção expressa à renda da trabalhadora: a adoção das opções previstas no projeto não poderá implicar redução da remuneração.

Leia a íntegra

Fonte: Congresso em Foco

Queda urgente dos juros é condição para Lula cumprir o programa eleito

Mercado e imprensa repetem o mantra do aperto fiscal. Dados oficiais mostram que juros altos freiam o crescimento e alimentam a dívida. Há caminhos para reduzi-los sem crise cambial



Protesto de centrais sindicais contra os juros altos, na Avenida Paulista.

A pressão de mercado e da grande mídia por um ajuste fiscal "imperioso" contrasta com o programa com o qual Lula se reelegeu e com o que ele reafirmou em pronunciamento em 8 de novembro: criar condições para baixar os juros, elevar o investimento acima de 20% do PIB em parceria com o setor privado e manter responsabilidade fiscal dentro das regras vigentes.

Tratar o Estado como se fosse uma família endividada é uma falácia, observa o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Uma economia não funciona assim: "primeiro arrecada e depois gasta", explica. O gasto

de um é a renda do outro; cortes simultâneos reduzem a renda agregada e pioram a dívida.

Os números oficiais ilustram o custo da política atual. A Selic está em 13,75% desde a reunião do Copom de 4 de novembro, que interrompeu o ciclo de cortes após a reeleição. A dívida bruta do governo geral alcançou 82,93% do PIB em setembro (R$ 11,11 trilhões), segundo o Banco Central, e o Tesouro projeta 83,7% no fim do ano. Os juros da dívida superaram R$ 1,2 trilhão em 12 meses.

O PIB do primeiro semestre cresceu 1,9% (IBGE); projeções da Pesquisa Focus para o ano giram em torno de 1,75%. O governo central teve superávit primário de R$ 4,8 bilhões em setembro, mas acumula déficit de R$ 90,2 bilhões de janeiro a setembro.

Especulação, câmbio e juros

O Brasil sofre com a relação câmbio-juro que favorece arbitragem e especulação, aponta Belluzzo. Investidores tomam dinheiro emprestado a juros mais baixos em outros países para alocar nos títulos indexados à Selic. O diferencial de juros com o dólar atrai capital de curto prazo.

Como o Real tem posição baixa na hierarquia monetária internacional, a volatilidade de fluxos e a incerteza elevam o risco de movimentos abruptos. O modelo atual induz a manter os juros muito altos para "segurar" o câmbio, o que agrava o serviço da dívida e desacelera a atividade, piorando a própria relação dívida/PIB. "À medida que os mercados se organizam, cresce o risco de a especulação predominar", explica Belluzzo.

Previsibilidade, responsabilidade e crescimento

São necessárias políticas que ampliem a capacidade de produção e o investimento (hoje em torno de 17% do PIB) mais do que apenas cortar gastos. "Nós precisamos garantir a estabilidade monetária atacando a inflação exatamente nos componentes que têm gerado maior pressão inflacionária", afirma o professor Euzebio Jorge Silveira de Sousa, do Instituto de Economia da UFRJ. "Não pode achar que a única forma de estabilização monetária é o estrangulamento da economia brasileira via a segunda maior taxa de juros real do mundo."

O tema é complexo e não tem saída única. Para baixar os juros sem o aperto fiscal que o mercado cobra e sem provocar crise no câmbio, é preciso combinar medidas que tragam previsibilidade, responsabilidade fiscal e, principalmente, crescimento econômico.

Manter o arcabouço fiscal que já existe e a meta de resultado primário de 2026 mostra continuidade e evita susto no mercado. Ao mesmo tempo, o governo tem que priorizar o crescimento da economia: o "denominador" da dívida. Investimentos do Novo PAC, política industrial e crédito produtivo fazem exatamente isso. É o eixo do programa com o qual Lula se elegeu. "A gente precisa ter uma política industrial para qualificar o que a gente exporta", diz Euzebio. "As atividades industriais mais complexas são menos instáveis."

Controlar um pouco os fluxos de capital de curto prazo, limitando entradas especulativas ou cobrando imposto sobre o carry-trade, reduz a pressão sobre o dólar. Assim, o Banco Central não precisa manter juros tão altos só para "segurar" o câmbio. "A gente não pode ser terra de ninguém que permite que o capital consiga entrar fazendo arbitragem", resume o professor da UFRJ. "A gente tem que criar algum tipo de mecanismo de estabilidade."

Por fim, usar as reservas internacionais de forma estratégica, com comunicação clara de que o Banco Central vai cortar os juros de forma gradual, à medida que a inflação se acomode com mais oferta e mais atividade. "As reservas servem para garantir a estabilidade do preço da nossa moeda", afirma Euzebio. Conter a lógica especulativa, em vez de só "apertar os cintos", é o que permite ao governo cumprir o mandato de crescimento com juros menores.

Fonte: Portal Vermelho

